

ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta e um de agosto de um mil novecentos e noventa e nove, deu-se início a Sexagésima Terceira Assembléia Ordinária / Ampliada do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sob a Presidência do Vice - Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (Fundação Fé e Alegria do Brasil). Presente os conselheiros titulares: NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG); EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL (Ministério da Fazenda); MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP); MARIA IZABEL DA SILVA (CUT); NELSON ÉDER DE SOUSA MODESTO (MNDH); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); JOSÉ FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE) ; JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB); RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP); CHARLES ROBERTO PRANKE AMENCAR) ; NORMA RICALDONE SCHMITT (MINC). Presentes também os conselheiros suplentes governamentais MARILDA MARFAN (MEC); RACHEL CUNHA (MTE) ; IVANILDO FRANZOSI (CASA CIVIL) ; LUCIMAR COSER CANNON (MS) ; JÚLIO BOAVENTURA SANTOS MATOS (MRE) e a representante do Ministério da Justiça ELIANA CRISTINA RIBEIRO TAVEIRA CRISOSTOMO. Ausência justificada do suplente do MPAS e do MOG. O Vice-Presidente fez a abertura dos trabalhos e em seguida a apresentação do novo Secretário Adjunto da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Dr. Marcelo Estevão Viana de Moraes. Após os cumprimentos iniciais, Dr. Marcelo informou sobre a disponibilização de um milhão de reais do orçamento do Fundo Nacional como complemento ao atendimento dos Projetos das medidas sócio-educativas. Quanto aos demais recursos contingenciados, se propôs unir forças com a Frente Parlamentar Pela Criança para viabilizar a sua liberação. Informou que no dia 02 de setembro irá receber alguns integrantes da Frente Parlamentar para tratar de assuntos do CONANDA. Sugeriu ao Conselho a criação de um banco com projetos relevantes, para que não haja atrasos nos próximos anos no repasse de recursos, em razão dos procedimentos burocráticos. Sugeriu ainda, a junção das unidades Gestoras da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e do Fundo Nacional, objetivando a modernização gerencial das estruturas, alegando que esta unificação não trará nenhum prejuízo ao CONANDA. Abordou também , questões sobre implantação dos Conselhos Tutelares; criação de Delegacias Especializadas de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; aprofundamento das discussões sobre o modelo sócio-educativo e ressaltou que as SEDH/CONANDA/DCA devem agir de maneira mais incisiva na questão do atendimento ao infrator e que o CONANDA deve ser o protagonista nos casos mais graves como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, no sentido de reverter essa situação. Enfocou ainda, a necessidade de maior abordagem sobre a família. Todos os assuntos abordados pelo Secretário foram debatidos pela plenária. Finalizando, Dr. Marcelo colocou-se à disposição do Conselho para melhor desenvolvimento dos trabalhos. O Vice-Presidente agradeceu a presença do Secretário Adjunto, ressaltando a importância da sua participação para o Colegiado. Prosseguindo, o conselheiro Normando Batista fez o relato dos trabalhos da Comissão Organizadora da III Conferência Nacional . No que tange ao local da Conferência foi aprovado por unanimidade o Colégio Militar de Brasília, pelas suas acomodações. Foi proposto e aprovado mudança no Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD, para a realização da Conferência através de convênio com ONG, e estabelecido novo prazo para indicação dos painelistas das Políticas Públicas até o dia oito de setembro. O conselheiro Charles Pranke, fez um breve relato da metodologia do evento, tendo sido apresentado pela plenária sugestões para o seu aperfeiçoamento. Foi proposto e aprovado o prazo de até cinco de novembro, para que os Conselhos enviem o relatório final das Conferências Estaduais, para que os painelistas possam ter acesso aos mesmos com antecedência. Com relação a proposta de Regimento Interno e Programação da Conferência, as mesmas foram aprovadas pela plenária com emendas. No período da tarde as Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho se reuniram para os trabalhos de grupos específicos. No dia primeiro de setembro, dando

prosseguimento aos trabalhos, o Vice- Presidente deu as boas - vindas aos representantes dos Conselhos Estaduais do Piauí, Roraima, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e do Fórum Estadual de Alagoas. Em seguida, submeteu a pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada na sua íntegra, como segue: I - Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Sexagésima Assembléia Ordinária do CONANDA. A Ata da Sexagésima Assembléia Ordinária do CONANDA foi aprovada com emendas. II - Encaminhamentos de pendências da Assembléia Anterior. Foi feito balanço sobre o cumprimento das pendências, de acordo com a memória da assembléia anterior, sendo que os encaminhamentos não efetivados foram justificados pelos seus responsáveis. Quanto aos pontos pendentes tiveram as seguintes deliberações: 1 - Pesquisa no IBGE - O conselheiro Normando Batista informou que já fez contatos com o IBGE e que o prazo para a apresentação dos resultados será na próxima plenária; 2 - Grupo de Trabalho que está tratando da Gratuidade do registro civil - O conselheiro Ivanildo Franzosi fez o relato do andamento dos trabalhos do GT; 3 - Parecer sobre recolhimento de impostos dos pequenos comércios e microempresários para doá-los ao fundo - A conselheira Eurídice informou que deverá enviá-lo à Secretaria Executiva via correio eletrônico; 4 - Relatório do Ministério das Relações Exteriores - Foi aprovado o envio de cópia do relatório aos conselheiros interessados, para análise e sugestões até o dia vinte de setembro e enviá-las aos responsáveis pela elaboração do parecer. O conselheiro Normando Batista Santos, sugeriu e foi aprovado Moção de Pesar à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela morte de Dom Helder Câmara . III - Relato das Comissões Temáticas, Grupos de Trabalhos e propostas de encaminhamento - a) Comissão de Comunicação - A conselheira Lucimar Cannon, fez o relato dos trabalhos e apresentou o cartaz da Conferência à plenária, como o instrumento principal de mobilização da mesma, tendo sido aprovado com alterações. Foram deliberados ainda: 1 - Verificar a possibilidade do MEC patrocinar a tiragem completa dos cartazes da Conferência; 2 - Solicitar à Assessora de Comunicação do CONANDA um plano para divulgação da III Conferência; 3 - Mobilizar a Secretaria de Comunicação do Governo Federal para divulgação e cobertura da III Conferência; 4 - Confecção de folder com a programação; 5 - Recomendação para que os documentos sobre a Conferência tenham a sua logomarca. 6 - Fax Direito - A relatora informou que o "LAY OUT" está pronto e deverá ser apresentado ainda nesta plenária. 7 - Considerando que a nova HOME PAGE ainda não está estruturada, deve-se atualizar a que está em funcionamento. 8 - Reunião dos Coordenadores das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho com a Diretora do DCA, para discutir o gerenciamento do Conselho, inclusive a sobrecarga de trabalho da assessora de Comunicação do CONANDA / DCA. Caso não seja possível que a assessora fique só no CONANDA, discutir outras formas de contratação de uma assessora só para o CONANDA, ou buscar parcerias, com a ANDI e outros. 9 - Comemoração do Décimo aniversário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança - Cúpula Mundial da Infância , em parceria com a SAVE THE CHILDREN - Deverão ser enviados aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente duas publicações alusivas, juntamente com o Termo de Adesão dos Conselhos à campanha. b - Comissão de Políticas Públicas - A assessora do DCA na Comissão, Ana Luíza, fez o relato dos trabalhos, tendo sido proposto pela Comissão e deliberado pela plenária o que segue: 1 - Saúde Pública Infantil do Estado do Rio de Janeiro - Acusar o recebimento do ofício e da documentação; 2 - ofício enviado pelo Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto Juvenil, comunicando encaminhamento de repúdio às programações televisivas com cenas de sexo e violência. Acusar o recebimento e apoiar a iniciativa; 3 - Alterações no Código Civil. Projeto aprovado pela Câmara dos Deputados em 1983 com vários pontos preocupantes - Encaminhar ofício à Frente Parlamentar, solicitando informações sobre o andamento do Projeto de Lei e informações sobre o que ainda poderá ser feito para sustá-lo. Gestionar junto ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Presidente do CONANDA, Dr. José Gregori e ao Ministro da Justiça, para que se articulem com o governo federal para o veto do projeto aprovado; 4 - Relatório da ONU - Enviar cópia do relatório aos conselheiros interessados, solicitando sugestões e manifestações à Comissão até o dia 20 de setembro para parecer, o qual deverá ser apreciado na plenária do mês de

outubro; 5 - Ofício do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis - Responder que a Comissão de Políticas Públicas está analisando o BCC. Providenciar cópia do BCC junto à SEAS para os integrantes da Comissão. Após o parecer da Comissão, convidar representante da SEAS para discutir o programa na plenária do Conselho; 6 - Dez anos do Estatuto - Solicitar cópia do relatório da primeira reunião, bem como da integração da Comissão de Políticas Públicas do CONANDA à Comissão de Políticas Públicas do evento, e o pagamento das despesas deste representante para o seu deslocamento, caso o mesmo não residir em Brasília. c) Grupo de trabalho sobre Conselho Tutelar - O Coordenador do grupo Normando Batista Santos, fez o relato dos trabalhos, tendo sido proposto e aprovado: 1 - Encontro com os Conselhos Tutelares - Enviar correspondência aos Conselhos Estaduais das Regiões Sul e Sudeste comunicando as novas datas dos eventos, sendo dezoito e dezenove, Região Sudeste e vinte e um e vinte e dois Região Sul, respectivamente Rio de Janeiro e Florianópolis; 2 - Manter contatos com entidades que poderão conveniar com o Ministério da Justiça para a realização dos Encontros; 3 - Encaminhar correspondência ao Procurador Geral de Justiça do Estado da Bahia, sobre a decisão da Coordenadora das Promotorias da Infância e da Juventude de fechar os Conselhos Tutelares de Salvador por um período de trinta dias, para participação dos conselheiros no curso de capacitação, com cópia para o Conselho Estadual e aos Conselhos Tutelar da Capital. 4 - Projeto sobre regulamentação do Conselho Tutelar da cidade de Recife, enviado pela Câmara Municipal - O grupo de trabalho vai analisar até a próxima assembleia; 5 - SIPIA - A secretaria Executiva fará o levantamento dos Estados que ainda não encaminharam seus relatórios e reiterar o pedido, tendo em vista a importância das informações para subsidiar os trabalhos do GT; 6 - Mudança no Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD, para a realização dos encontros através de convênios com organização não governamental. d) - Grupo de Trabalho sobre Medidas Sócio - Educativas. A coordenadora do GT Maria Stela, fez o relato dos trabalhos, informando os principais pontos discutidos: 1 - Revisão das propostas sobre medidas sócio - educativas enviadas pelos Estados de Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul, substituindo os programas de construção, reforma e ampliação por programas que contemplem despesas de custeio e equipamentos, tendo em vista os trâmites legais de licitação, impedindo que tempo hábil para tal e considerando também, que no DCA só existe uma engenheira para dar conta da análise de todos os projetos do DCA/CONANDA além dos processos de prestação de contas em andamento. Foi informado sobre a possibilidade de inclusão do CONANDA no convênio que o Ministério da Justiça firmou com a Fundação Banco do Brasil, para a execução dos projetos, por considerar que essa Fundação dispõe de pessoal qualificado, inclusive engenheiros, para acompanhar os projetos de construção; 2 - Debate do Anteprojeto de Medidas Sócio - Educativas proposto pelo Dr. Antonio Fernando do Amaral e Silva, para subsidiar as posições do CONANDA. O debate objetiva uma visão mais aprofundada e coerente, para tomar-se uma decisão mais efetiva enquanto Conselho e por considerar a grande polêmica sobre o tema; 3 - Considerando que os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, tem tido atitudes bastantes equivocadas e contraditórias em relação as medidas sócio - educativas, o GT propôs em caráter de urgência para que os conselheiros Olga Câmara, José Fernando, o Vice-Presidente Cláudio Augusto e os conselheiros que residem nesses Estados, façam uma leitura da documentação enviada pelos referidos Estados e visita às Unidades de Atendimento à Medidas Sócio-Educativas de Internação, bem como aos programas de atendimento em meio aberto, como Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade, (os quais são subestimados por esses Estados), para que na assembleia de outubro o CONANDA possa pronunciar-se a respeito do Anteprojeto das Medidas Sócio - Educativas, bem como divulga-lo através de entrevista coletiva. A Comissão de Articulação, Orçamento e Finanças não se reuniu nesta Assembleia. No dia primeiro de setembro de 1999, às quatorze horas, no Auditório Tancredo Neves, deu-se início a Assembleia Ampliada do CONANDA com os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes representantes de vinte e dois Conselhos Estaduais. O Vice-Presidente fez a abertura dos trabalhos, agradecendo a presença de todos e destacando a importância dessa participação para resolver questões operacionais. Em seguida, fez um breve relato

sobre a agenda dos eventos comemorativos dos dez anos do ECA, onde a cada dia treze, em parceria CONANDA/DCA/UNICEF comemora-se um evento sobre o Estatuto, estando agendado para o dia treze de setembro, em Brasília, reunião com as agências de notícias. Em seguida, a conselheira Maria Izabel fez o relato da sua participação na vigília do Carandiru, em protesto a prisão indevida de oitenta adolescentes e da audiência com o governador Mário Covas - SP, para tratar de assuntos da Febem - SP. A coordenadora do GT sobre medidas sócio - educativas Maria Stela, fez uma retrospectiva sobre os critérios para a elaboração dos projetos estaduais das medidas sócio - educativas, enfocando alguns pontos como : critérios, objetivos, integração com o Plano do Estado, assunção gradativa pelos governos estaduais, período de execução ao longo de três anos, os prazos para o envio das propostas e o endosso dos Conselhos Estaduais. Fez um breve relato da metodologia para análise dos projetos, onde primeiramente o DCA fez a pré-análise e posteriormente o CONANDA discutiu os critérios estabelecidos. Foram contemplados os projetos que atingiram pelo menos cinco critérios relevantes. Na análise efetuada observou-se que muitos projetos vieram com pareceres dos Conselhos, outros com Resoluções e alguns sem o aval dos Conselhos e que os orçamentos foram os mais discrepantes possíveis. Em grande parte dos projetos não visualizou-se o Sistema de Garantia de Direitos nem o Reordenamento Institucional. Apenas alguns, apresentaram medidas inovadoras como o Programa de Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços. Entretanto, a Coordenadora considerou a elaboração dos projetos um momento empreendedor para todos os Estados. Informou à todos a relação dos cinco Estados contemplados : Amapá, Piauí, Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e os Três Estados de reserva: Paraná, Santa Catarina e Ceará, por ordem de pontuação. Apresentou ainda as dificuldades enfrentadas para operacionalização dos convênios. A técnica do DCA Maria Luiza, informou sobre o convênio firmado entre o Ministério da Justiça e a Fundação Banco do Brasil, para a execução dos convênios e sobre a consulta para saber quais as possibilidades de inclusão do CONANDA ao mesmo, tendo em vista a falta de engenheiros para análise dos projetos de construção. Dos projetos contemplados, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Santa Catarina, estão previstos construções. O conselheiro Charles Pranke falou do contingenciamento de recursos, informando que dos dezoito milhões, apenas três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil reais estão disponíveis. O Presidente do CEDCA - PB Paulo Romero propôs o " LOBBY " no Congresso Nacional para a liberação dos recursos, visto o contingenciamento de mais setenta por cento desses recursos. Alegou que as informações recebidas são degradantes, e enfatizou que se o governo federal nada faz, como os Estados e Municípios irão fazer em favor de suas crianças e adolescentes. Teceu críticas ao CONANDA por não aprovar nada e quando isto acontece os recursos são contingenciados. Para ele, o CONANDA deve erguer a cabeça e se mostrar ao Brasil por se tratar de um Conselho Nacional, devendo portanto, legislar a nível nacional. Abordou a questão da proposta de Capacitação do UNICEF com recursos do governo federal, ou mais precisamente com recursos do CONANDA, sendo a mesma rejeitada pelos Conselhos Estaduais. O Vice-Presidente fez um breve relato sobre as dificuldades para a aprovação dos recursos para Fundo Nacional e que o CONANDA tão logo soube da aprovação desses recursos, comunicou aos Conselhos Estaduais. Ressaltou que os projetos solicitados pelo CONANDA objetivaram solidificar as ações do Estado. Quanto ao projeto UNICEF, informou que o CONANDA também não legitimou a proposta. O Presidente do CEDCA - AM, abordou o pedido do FONACRIAD para prorrogação do prazo da entrega dos Projetos e da redefinição dos critérios, para que todos os Estados fossem atendidos. Ficou surpreso quando soube que o Estado do Amazonas não estava incluído na relação dos Estados que encaminharam seus projetos ao CONANDA, apresentando no momento comprovante do seu encaminhamento. Mediante esta comprovação, o processo foi localizado no Ministério da Justiça, o qual será analisado pelo GT na próxima Assembléia do Conselho. A conselheira Maria Izabel fez algumas considerações sobre os assuntos debatidos e propôs o envio de documento ao Ministério da Justiça, assinado por todos os Conselhos presentes, solicitando o descontingenciamento dos recursos. Ressaltou sobre a importância da leitura das Atas do CONANDA pelos Conselhos Estaduais, para que os mesmos possam se inteirar dos assuntos que são discutidos e

deliberados nas plenárias. A representante do CEDCA - RR, solicitou a possibilidade do CONANDA rever os critérios para que todos os Estados tenham as mesmas oportunidades. A Coordenadora do GT sobre as Medidas Sócio-Educativas Maria Stela, informou que a Comissão fará parecer circunstanciado, indicando os motivos pelos quais os mesmos não foram selecionados e enviá-los aos Estados. Para o representante do CEDCA - MG, não basta criticar, é preciso avançar. Acha necessário fazer uma análise das conquistas e mostrar a indignação aos governos e que os Conselhos devem ter visão política da situação. Propôs que na III Conferência se tenha posições claras quanto as questões apresentadas sobre recursos. A Assessora do INESC Jussara de Goiás, informou que no Congresso Nacional a pressão em torno do Fundo é árdua e que as dificuldades encontradas são desconhecidas pela maioria das pessoas. Enfocou os avanços do Fundo Nacional desde um mil novecentos e noventa e seis e o engajamento de vários deputados federais nessa luta, seja na articulação e na força de pressão dentro do Parlamento. Ressaltou o trabalho da Frente Parlamentar pela Criança e a campanha para o engajamento de pelo menos quinhentos Parlamentares. Informou sobre o Veto do Presidente quanto aos recursos do Fundo Nacional para o ano 2.000, e a pressão dos parlamentares para a sua derrubada. Para Jussara, há o que comemorar sim, pois, em quinhentos anos de história, foram dez anos de construção da cidadania. Para o conselheiro Estadual Raymundo Mesquita, está faltando a grande articulação nacional. Propôs que todos os Conselhos Municipais estejam articulados com os Conselhos Estaduais e que os Conselhos Estaduais estejam articulados com o CONANDA. Ressaltou que o CONANDA ainda não encontrou o caminho da articulação. Para o Presidente do CEDCA - RS, Maurício Vian, é necessário uma reflexão mais ampla sobre o Fundo, mas também sobre o papel do Conselho. Assim como o Estatuto é uma lei para todos, o Fundo também o é. Portanto, quaisquer Secretarias, ou Ministérios deveriam priorizar a criança e o adolescente em seus orçamentos, que são autorizativos e não obrigatórios. Enfatizou que o Fundo é uma forma democrática, descentralizadora de gestão de recursos públicos e que se o CONANDA tem poucos recursos no Fundo é porque ainda há política centralizadora. Abordou a importância dos CEDCA's terem maior conhecimento sobre recursos públicos e terem respaldo político, porque sem ele os recursos não são liberados. Para a representante do Pará, há necessidade do CONANDA construir suas bases, tendo em vista o seu papel político. O Vice-Presidente informou sobre o agendamento de reunião com a Frente Parlamentar no dia dois de setembro do mês em curso, para tratar do descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional para o ano 2.000. Ressaltou sobre a importância de um representante de cada Estado nessa reunião. O Presidente do Conselho Estadual Maurício Vian, propôs debater com a Frente Parlamentar não só o orçamento do ano 2.000, mas também o orçamento dos anos subsequentes. Ainda com relação aos convênios do CONANDA, a técnica do DCA Maria Luíza em resposta a consulta ao Banco do Brasil, informou que neste ano os convênios serão feitos diretamente com o Ministério da Justiça e para o próximo ano serão estudadas as possibilidades de serem via Banco do Brasil. A Comissão da III Conferência Nacional informou sobre os preparativos da Conferência e o prazo até cinco de novembro para o envio dos Relatórios finais das Conferências Estaduais. Em seguida, os Conselhos Estaduais deram uma visão panorâmica da situação das Conferências Estaduais, apresentando seus avanços e suas dificuldades, principalmente no tocante ao preenchimento dos instrumentais de avaliação. O Coordenador da Comissão de Comunicação, José Fernando da Silva, fez o relato sobre seus principais objetivos, enfocando o FAX Direito, Boletim, Home Page e sobre o termo de Adesão da Campanha Comemorativa pelo Décimo Aniversário da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, em parceria com SAVE THE CHILDREN, e de publicações alusivas à data. O

coordenador do Grupo de Trabalho sobre Conselhos Tutelares Normando Batista, enfocou o pedido feito aos Estados para o envio dos relatórios sobre a situação do SIPIA, enfatizando a importância desse encaminhamento para o CONANDA. Com relação aos Encontros Regionais de Articulação com os Conselheiros Tutelares, informou que o CONANDA está aguardando a realização dos Encontros das Regiões Sul e Sudeste para baixar Resolução, estabelecendo Diretrizes Nacionais. Como último ponto de pauta, o Vice-Presidente informou sobre o Convite do Ministro da Educação para participação da Teleconferência " O Direito de Aprender", que tem por objetivo discutir a integração dos Sistemas de Justiça e dos Sistemas de Educação com vista à garantia do direito de crianças e jovens à educação e em seguida fez um breve relato aos Conselhos Estaduais sobre a Campanha do registro civil e sobre o Debate do Anteprojeto de lei de execução das Medidas Sócio - Educativas, que acontecerá amanhã, dia dois de setembro, com a presença dos debatedores Antonio do Amaral e Silva, Gercino Gerson Gomes, Olympio de Sá Sotto Maior e João Batista Saraiva. A conselheira Rachel Niskier, informou mais uma vez que o Conselho Estadual do Rio de Janeiro está sem representantes governamentais, por falta de indicação do Poder Executivo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Vice - Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Vice-Presidente do CONANDA